



IX FÓRUM NACIONAL NEPEG

de formação de professores de geografia

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA FÍSICA E TEMÁTICAS AMBIENTAIS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DA ANÁLISE DOS ARTIGOS DO XII ENPEG

Gabriela Klering Dias

gabikdiasgeo@gmail.com

Universidade Federal de Pelotas

Liz Cristiane Dias

lizcdias@gmail.com

Universidade Estadual de Campinas

Rosangela Lurdes Spironello

spironello@gmail.com

Universidade Federal de Goiás

Resumo: Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado “Políticas públicas na formação de professores: Análise da contribuição do PIBID para os pressupostos teórico-metodológicos do Ensino da Geografia”, desenvolvido com o PIBID Geografia UFPel. Esse artigo se justifica na medida em que cresce a discussão da importância de se construir metodologias e práticas pedagógicas que abordem as temáticas físicas e ambientais da Geografia na educação básica. Essa pesquisa visa contribuir no que tange as pesquisas realizadas acerca do PIBID enquanto política pública educacional, seus resultados e efeitos. A metodologia adotada para a pesquisa sobre a política pública educacional (PIBID) se baseia na abordagem do ciclo de políticas proposto por Ball (1992), em que analisa diversos contextos que são pertencentes em uma política educacional, e como são os resultados e efeitos que eles resultam nas escalas de análise do espaço geográfico. Abordar a questão do Ensino de Geografia Física e temáticas ambientais é fundamental para a compreensão dos fenômenos físicos e ambientais presentes no espaço geográfico, e na escola é necessário que o ensino dessas temáticas seja de fato significativo. O ensino de Geografia Física e temáticas ambientais precisa ganhar maior visibilidade através das pesquisas, para ganhar mais destaque e incentivos através de práticas pedagógicas que contribuam para o processo de ensino aprendizagem da Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia. PIBID. Ensino de Geografia Física. Prática pedagógica.

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa intitulado “Políticas públicas na formação de professores: Análise da contribuição do PIBID para os pressupostos teórico-metodológicos do Ensino da Geografia”, desenvolvido através do LEGA – Laboratório de Educação Geográfica e Ambiental em conjunto com o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID Geografia na UFPel – Universidade Federal de Pelotas.

Esse recorte para o presente artigo se justifica na medida em que cresce a discussão da importância de se construir metodologias e práticas pedagógicas que abordem as temáticas físicas e ambientais da Geografia na educação básica, tendo como exemplo pesquisas focadas no ensino do conteúdo relevo, no qual aborda que

[...] o ensino do relevo nos anos do Ensino Fundamental se encontra numa inadequação cognitiva e, acredita-se, que a não concretização de aprendizagens a partir do vivido acaba comprometendo a complexificação conceitual, o trabalho com base na abstração reflexiva demandado nos anos subsequentes do ensino (Ascensão, 2016, p. 203).

Da mesma forma, o PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) aborda a relevância de projetos que busquem o aprimoramento de futuros docentes em cursos de formação de professores, visto que:

O PIBID é uma iniciativa para o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores para a educação básica [...] Os projetos devem promover a inserção dos estudantes no contexto das escolas públicas desde o início da sua formação acadêmica para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas sob orientação de um docente da licenciatura e de um professor da escola (CAPES, 2008).

Esse tipo de trabalho é importante pelo fato que mostra e ressalta como projetos em que o PIBID faz parte, podem modificar os conhecimentos a respeito de uma determinada temática, como no caso da pesquisada em questão, a Geografia Física e temáticas ambientais. Nessa linha, FREITAS (2015, p. 77) contribui dizendo que “o PIBID tem como base a concepção dialética de *práxis*, de modo a articular a teoria e a prática”. Ao aliar esses dois objetos, temáticas que possuem demandas nas escolas podem vir a serem sanadas se trabalhadas, para assim haver uma relação de ensino aprendizagem mais significativa.

Essa pesquisa visa contribuir no que tange as pesquisas realizadas acerca do PIBID e suas metodologias de ensino, focando no programa enquanto política pública educacional, os resultados e efeitos que vem a ocorrer nas escolas parceiras. A análise é feita com base nos anais do XII ENPEG – Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia. É importante destacar que esta pesquisa visa, além da contribuição na formação de professores, também a um aprendizado mais significativo aos alunos na educação básica, sendo socialmente muito importante a sua permanência no contexto brasileiro de ensino.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para a pesquisa sobre a política pública educacional (PIBID) se baseia na abordagem do ciclo de políticas proposto por Ball (1992), em que analisa diversos contextos que são pertencentes em uma política educacional, seja em

qual escala ela estiver sendo representada, e como são os resultados e efeitos que eles resultam nas escalas de análise – micro ou macro – do espaço geográfico.

É essencial que para analisar uma política educacional como o PIBID, alguns fatores sejam levados em questão para que ocorra uma avaliação de fato completa. MAINARDES (2006, p. 49), aponta algumas contribuições quando fala a respeito da abordagem do “ciclo de políticas”, numa perspectiva pós-moderna, dizendo que:

Essa abordagem destaca a natureza complexa e controversa da política educacional, enfatiza os processos micropolíticos e a ação dos profissionais que lidam com as políticas no nível local e indica a necessidade de se articularem os processos macro e micro na análise de políticas educacionais.

Sendo assim, essa base contribui de forma significativa para desenvolver conhecimentos e resultados que o PIBID exprime no contexto brasileiro. Além disso, a metodologia conta com revisão de literatura para embasamento teórico a respeito das questões mais pertinentes abordadas, como os conceitos de currículo, políticas educacionais, Geografia Física com ênfase em temáticas físico e ambientais e práticas pedagógicas para o Ensino de Geografia.

O processo iniciou com a revisão de literatura sobre os temas propostos, e logo em seguida, foi realizado o levantamento de dados a partir dos anais do XII ENPEG – Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, ocorrido no ano de 2013. A partir dos anais foram selecionados os artigos publicados por pibidianos em formato de apresentação pôster a partir da palavra-chave PIBID. Logo após, foram selecionados somente os artigos realizados pelos pesquisadores do PIBID que contemplassem a análise da Geografia Física e temáticas ambientais, através de práticas pedagógicas.

Após essa seleção, foi elaborada uma ficha de registro de dados, onde, após cada artigo lido houve diversas questões a serem respondidas – tanto de natureza estatística, como o local onde está sendo desenvolvida a pesquisa e tipo de artigo – como de natureza teórica, onde foi analisado de fato em qual contexto a pesquisa se inclui, se tratando de uma política educacional.

A partir dessa análise, será verificada a abordagem e o uso do programa nas escolas, o tipo de pesquisa que foi realizada (como por exemplo um levantamento de dados ou uma prática pedagógica) e quais foram os resultados ou efeitos dessas práticas para os alunos, focando na análise da Geografia Física e questões ambientais e como ocorre pesquisas nessas temáticas, focando nas práticas pedagógicas realizadas.

Após o levantamento desses dados, será feita a tabulação dos dados, que servirá para demonstrar os avanços feitos na temática e na pesquisa, para posteriormente, haver a análise de quais contextos estão sendo trabalhados de acordo com a abordagem do ciclo de políticas para contribuições na área do Ensino de Geografia.

Após a análise e discussão dos artigos, serão realizadas algumas conclusões a respeito da política educacional PIBID em seu contexto nacional e como ocorrem algumas práticas pedagógicas no que tange o Ensino de Geografia Física e temáticas ambientais, visto que é uma demanda pertinente por parte dos professores nas escolas participantes do PIBID, pois de acordo com LOPES (2005, p. 61), “cabe à investigação das políticas de currículo entender o que é privilegiado”.

Sendo assim, é necessário compreender os conhecimentos que estão sendo mais trabalhados e os que não estão sendo tão trabalhados na escola para suprir de forma justa essas demandas ainda pertinentes, no que tange o ensino de Geografia Física.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordar a questão do Ensino de Geografia Física e temáticas ambientais é fundamental para a compreensão dos fenômenos físicos e ambientais presentes no espaço geográfico, e na escola é necessário que o ensino dessas temáticas seja de fato significativo, visto que, conforme ASCENÇÃO (2009, p. 38),

Reconhece-se, assim, a existência de dualidades, de conflitos, talvez intrínsecos à natureza da ciência geográfica. Admitindo-se, pois, ser objeto dessa ciência o estudo das organizações espaciais por meio da espacialidade dos fenômenos, compreende-se ser inerente a esse objeto a consideração para estudos dessa ciência tanto os aspectos físicos, como os aspectos humanos, os quais compõem os espaços.

É compreendido que há dificuldades no processo de ensino aprendizagem na escola das temáticas físico e ambientais presentes na ciência geográfica. Sendo assim, o PIBID se torna essencial para transformar essa demanda por práticas pedagógicas e metodologias que foquem no ensino dessas temáticas, visto que é um ato normativo dentro da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), o qual trata a respeito do incentivo e investimento obrigatório à iniciação à docência.

Visto isso, o presente trabalho visa identificar as metodologias e práticas pedagógicas utilizadas nos artigos, para assim classificar quais conteúdos e/ou temáticas ainda possuem demandas de projetos e oficinas voltadas à esses conhecimentos.

É fundamental então, que haja um comprometimento para o ensino dessa abordagem, de forma significativa e realista aos alunos, para que assim possam compreender que esses fenômenos estudados fazem parte de seu cotidiano. Isso posto, compreende-se que o PIBID pode contribuir para que essa relação de fato aconteça, pois realiza o elo entre a escola e a universidade. Nessa perspectiva, YOUNG (2016, p. 9), deixa claro que:

[...] as disciplinas escolares – que definem o direito ao conhecimento poderoso para todos os alunos – respondem a regras acordadas entre os professores especialistas dessas disciplinas sobre o que é considerado conhecimento válido; tais critérios, que derivam do conhecimento pedagógico dos professores

especialistas das disciplinas e das suas ligações com especialistas dos campos acadêmicos nas universidades, fornecem acesso ao “melhor” conhecimento que pode ser adquirido por alunos, em diferentes níveis, assegurando, portanto, a possibilidade de progressão.

Considerando todas essas questões, a forte interação entre o programa enquanto política educacional e a importância do ensino dessas temáticas mostra o quanto é necessário que projetos que visam a melhoria na qualidade da formação de professores estejam sempre juntos com a escola, que é futuro campo de atuação dos pesquisadores graduandos do programa.

Nessa perspectiva, pode-se compreender que esse tipo de política abarca algo ainda maior que somente resultados ou efeitos, mas sim uma recontextualização do conhecimento. Assim, na teoria da recontextualização do conhecimento proposta por BERNSTEIN (2003, p. 80) é apontado que:

Os campos oficiais de recontextualização são arenas para a construção, distribuição, reprodução e mudança de identidades pedagógicas. As identidades pedagógicas têm uma base social e uma carreira. A base social representa os princípios de ordem social e os desejos institucionalizados pelo Estado em seu sistema educacional. A carreira é moral, instruída e localizada. Uma identidade pedagógica, então, é a fixação de uma carreira em uma base social.

Assim sendo, é realizado mais do que somente um resultado de uma política, mas sim a mudança de um conhecimento, se recontextualizando em seu novo contexto de prática, que é a escola e seus sujeitos formadores e transformadores do conhecimento. Dessa mesma forma, MAINARDES (2010, p. 13), diz que através da recontextualização “o discurso se desloca do seu contexto original de produção para outro contexto onde é modificado [...] e relacionado com outros discursos e depois é relocado”. Percebe-se, assim, que o programa não só transforma, como cria conhecimentos através das práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto escolar.

De todas as submissões de trabalho sobre o PIBID, apenas 19 trabalhos apresentados na versão pôster (recorte de trabalho) tratavam de pesquisas a respeito de temáticas físico-ambientais da Geografia realizadas pelo PIBID. Dos 19 artigos analisados, 18 deles possuem práticas pedagógicas ocorridas no ambiente escolar, 6 possuem análise investigativa e 6 são baseados em um levantamento teórico (podendo haver mais de uma resposta). Deve-se destacar a grande quantidade de artigos que possuem práticas escolares, ou seja, estão congregando a teoria e a prática em atividades juntamente com o PIBID Geografia.

Na análise das práticas pedagógicas para o ensino de Geografia Física, há a predominância da realização de atividades dentro do ambiente escolar – na própria sala de aula – através de desenhos e jogos interativos, na maior parte voltados para o conteúdo Relevo e Hidrogeografia. Alguns também trazem o trabalho de campo como perspectiva

de aprendizado das temáticas físico ambientais. Houve também 2 outros artigos que propuseram práticas pedagógicas para o ensino de Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs, com o apoio de softwares e laboratórios e informática das escolas.

Desta forma, a análise dos artigos sobre a temática de políticas públicas, no caso o PIBID e o Ensino de Geografia Física e temáticas ambientais busca compreender as metodologias e práticas geográficas contidas nos projetos e atividades do PIBID, a partir dos anais do XII ENPEG Encontro Nacional de Prática de Ensino em Geografia, no que tange o ensino de Geografia Física.

CONCLUSÃO

Ao fazer esta análise com base nos anais deste evento, chega-se à conclusão de que o ensino de Geografia Física e temáticas ambientais precisa ganhar maior visibilidade através das pesquisas, para assim, ganhar ainda mais destaque e incentivos através de práticas pedagógicas que contribuam para o processo de ensino aprendizagem da Geografia.

Portanto, o ensino de Geografia Física e temáticas ambientais e o PIBID (que não está ativo no momento) necessitam estar sempre lado a lado, para além de diminuir a lacuna presente no ensino dessas temáticas, buscar um maior alicerce na formação de professores (e especificadamente de Geografia) e o interesse nos alunos pela Geografia e sua ampla análise a respeito do espaço geográfico, objeto de análise pela ciência geográfica.

REFERÊNCIAS

ASCENÇÃO, Valéria de Oliveira Roque. **Os conhecimentos docentes e a abordagem do relevo e suas dinâmicas nos anos finais do Ensino Fundamental**. 2009. 151f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

ASCENÇÃO, Valéria de O. R. O conhecimento do conteúdo relevo: contribuições metodológicas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n. 1, Jan/Abr 2013.

ASCENÇÃO, Valéria de O. R.; VALADÃO, Roberto C. Tendências contemporâneas na aplicação do conhecimento geomorfológico da Educação Básica: a Escala sob perspectiva. **Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, v. 6, n. 1, p. 191-208, 2016.

BALL, S. J. **What is policy?** Texts, trajectories and toolboxes. *Discourse*, London, v. 13, n. 2, p. 10-17, 1993a.

BERNSTEIN, Basil. A pedagogização do conhecimento: estudos sobre a recontextualização. **Cadernos de Pesquisa**, n. 120, p. 75-110, novembro 2003.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental. 156 p. Brasília: MEC, 1998. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2018.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Lei Nº 12.796**, de 4 de abril de 2013. Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação e dá outras providências. Brasília: Presidência da República: 2013(b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm> Acesso em 28 fev. 2018.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **PIBID** – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid/pibid>>. Acesso em 27 fev. 2018.

FREITAS, A. S. F.; TERAMATSU, G. H. B.; STRAFORINI, R. As dimensões territorial e política do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). **Terra Livre**. São Paulo, Ano 30, Vol. 1, n 44, p. 75-113.

LOPES, Alice Casimiro. Política de Currículo: Recontextualização e Hibridismo. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 5, n. 2, p. 50-64, Jul/Dez 2005.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Currículo**. In: Teorias de Currículo. São Paulo: Cortez, 2011. Apoio: FAPERJ.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, Jan/Abr 2006.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Telas**, v. 11, n. 22, p. 1-24, Mai/Ago 2010.

YOUNG, Michael. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI? **Cadernos de Pesquisa**, v. 46, n. 159, p. 18-37, Jan/Mar 2016.